



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANDREINA JÉSSICA FERREIRA LIMA

**TRABALHADORAS NEGRAS E O MERCADO DE TRABALHO NO RECIFE DOS
ANOS 1930: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS.**

**RECIFE
2026**

ANDREINA JESSICA FERREIRA LIMA

**TRABALHADORAS NEGRAS E O MERCADO DE TRABALHO NO RECIFE DOS
ANOS 1930: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de História, da Universidade Federal Rural de
Pernambuco, como pré-requisito da finalização da disciplina de
TCC II e obtenção de grau no curso de Licenciatura Plena em
História.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos

RECIFE, 2026

Andreina Jéssica Ferreira Lima

Este trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como pré-requisito da finalização da disciplina TCC II e obtenção de grau no Curso de Licenciatura Plena em História.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

Profa. Dra. Adriana Maria Andrade de Santana
Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Comunicação

Prof. Ms Bruno Rafael Vêras de Moraes e Silva
Departamento de Inglês e Drama
University of Toronto

Recife, 19 de junho de 2026.

Sumário

Resumo:.....	5
Abstract:.....	6
Introdução:.....	7
 Caminhos dominados:a mulher negra regida por honra, moralidade e controle em suas atividades laborais:	13
 Liberdade limitada: trabalho e permanências do pós-abolição:	16
Referências:.....	19
Anexo– Diretrizes para Autores da Revista Rural & Urbano	20

Trabalhadoras negras e o mercado de trabalho no Recife dos anos 1930: uma análise a partir dos anúncios de jornais.

Black female workers and the labor market in Recife in the 1930s: An Newspaper advertisements-based analysis

Resumo:

Este trabalho analisa anúncios de emprego publicados nos jornais Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Jornal do Recife entre as décadas de 1930 e 1939, buscando compreender como essas publicações contribuíram para a construção, comunicação e manutenção de desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho urbano recifense. A pesquisa parte da análise de anúncios voltados, principalmente, ao trabalho doméstico exercido por mulheres negras, observando exigências relacionadas à moralidade, à aparência e ao comportamento das candidatas. Nesta pesquisa, argumento que mais do que simples registros cotidianos, os anúncios são entendidos como práticas discursivas que ajudavam a reforçar hierarquias sociais herdadas do período escravista. Dessa forma, o estudo evidencia como raça, gênero, mídia e trabalho se articulavam na definição das oportunidades disponíveis para mulheres negras no pós-abolição, contribuindo para reflexões sobre as permanências históricas das desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: trabalho doméstico; mulheres negras; imprensa; desigualdade racial.

Abstract

This paper analyzes job advertisements published in the newspapers *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã* and *Jornal do Recife* between 1930 and 1939, aiming to understand how these publications contributed to the construction and maintenance of racial and gender inequalities in Recife's urban labor market. The research focuses mainly on advertisements related to domestic work performed by Black women, examining requirements connected to morality, appearance, and behavior. More than simple everyday records, these advertisements are understood as discursive practices that reinforced social hierarchies inherited from the slavery period. Thus, the study highlights how race, gender, and labor were interconnected in shaping the opportunities available to Black women in the post-abolition period, contributing to broader reflections on the historical continuities of social inequalities in Brazil.

Keywords: domestic work; Black women; press; racial inequality.

Introdução

O uso de anúncios de jornais como fonte para a pesquisa histórica tem se afirmado como uma fonte bastante utilizada por pesquisadores que investigam relações sociais e o mundo do trabalho. A presente pesquisa irá discutir os anúncios de emprego publicadas em 3 jornais da cidade do Recife na década de 1930, tendo como um dos principais sujeitos da investigação a serem analisados, grupos que foram historicamente marginalizados, como as mulheres negras. Esses anúncios, longe de serem simples registros informativos ou neutros, devem ser analisados como práticas discursivas que moldam e estruturam desigualdades sociais, raciais e de gênero, operando como mecanismos de seleção e exclusão (REZENDE; ANDRADE, 2023). Nesse contexto, podemos por exemplo afirmar que esses textos não apenas refletem uma realidade já existente, mas também desempenham um papel ativo na criação de normas sociais, definindo quem está apto a acessar determinados setores do mercado de trabalho.

Dentro do cenário brasileiro, e especialmente em Recife, os jornais tiveram um papel fundamental na disseminação de informações e na estruturação do mercado de trabalho urbano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para além dessa função prática, o jornal também deve ser compreendido como um importante artefato cultural e histórico, que não apenas registra acontecimentos, mas participa ativamente da construção de sentidos sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, destaca Tânia Regina de Luca (historiadora e professora titular de História do Brasil Republicano na UNESP, uma das maiores especialistas do país em **história da imprensa** e na análise de jornais e revistas como **fontes históricas**), a imprensa periódica constitui uma fonte privilegiada para a análise das dinâmicas sociais, na medida em que expressa valores, disputas e representações de seu tempo. Publicações como o Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e o Jornal do Recife¹, servem como fontes valiosas para a análise

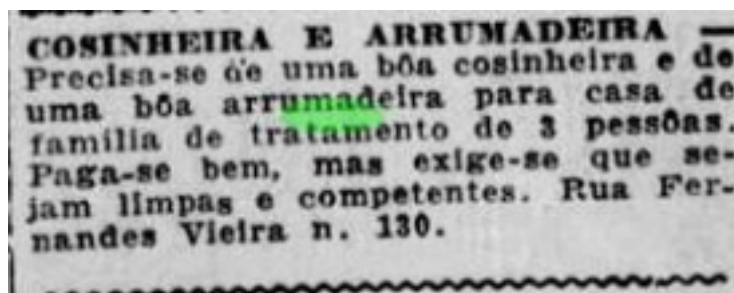
¹ A escolha desses três jornais se dá, principalmente, porque eles eram bastante presentes no cotidiano da cidade e alcançavam um público amplo. O Diário da Manhã, por exemplo, constituiu-se como um importante meio de circulação de informações na imprensa pernambucana ao longo do século XX, reunindo notícias, opiniões e uma significativa quantidade de anúncios, especialmente voltados ao mercado de trabalho urbano. Já o Jornal do Recife, também muito lido na época, ajuda a complementar esse olhar, pois traz outros exemplos e formas de anunciar vagas. Embora ambos publiquem ofertas para o serviço doméstico, é possível perceber diferenças na

proposta. Nesses periódicos, os anúncios de vagas de emprego eram frequentemente apresentados em seções específicas, evidenciando padrões relativamente consistentes de recrutamento de trabalhadores, sobretudo no que se refere ao serviço doméstico.

É nesse contexto que os anúncios de vagas para trabalhadoras domésticas se tornam relevantes para nossa análise. Essas publicações, geralmente curtas e diretas, seguiam uma estrutura bastante uniforme, contendo detalhes como o serviço desejado, a faixa etária procurada e referências morais. Como se observa na Imagem 1, retirada do Jornal do Recife do ano de 1931, a forma objetiva do anúncio mostra não apenas a demanda por esse tipo de trabalho, mas também sua naturalização como destino social para determinadas mulheres, aspecto que não decorre apenas da leitura dos anúncios, mas se sustenta em uma ampla produção historiográfica que evidencia como, no pós-abolição, gênero e raça operaram na fixação das mulheres negras no trabalho doméstico.

Imagem 1

Anúncio de recrutamento e trabalhadoras domésticas



Fonte: levantamento realizado pela autora a partir de notícias do Jornal do Recife (1930-1939). Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Recife, anúncio, 14 de agosto de 1930.

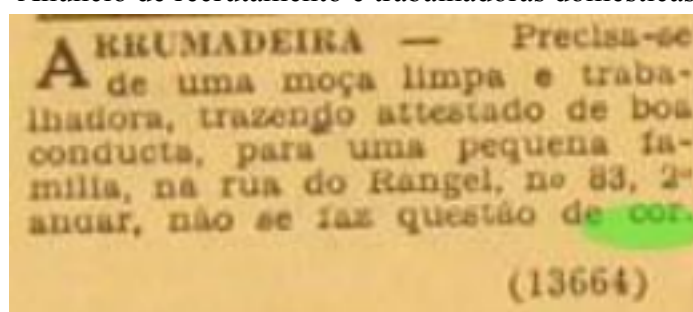
maneira como essas vagas são apresentadas: em alguns casos, os anúncios do *Diário da Manhã* tendem a ser mais diretos e objetivos, enfatizando funções e requisitos práticos, enquanto o *Jornal do Recife* frequentemente apresenta descrições mais detalhadas, nas quais aparecem com maior evidência critérios ligados ao comportamento, à moralidade e à “boa aparência”. E por fim, o *Diário de Pernambuco*, foi escolhido por sua grande circulação e importância no cotidiano recifense durante o período analisado. Além de notícias e debates públicos, o jornal reunia diversos anúncios de emprego, permitindo observar práticas de contratação e valores sociais da época. Em comparação com o *Jornal do Recife* e o *Diário da Manhã*, os anúncios apresentam linguagem e estrutura muito parecidas, indicando padrões semelhantes na forma de anunciar vagas e descrever trabalhadores.

A cidade de Recife, durante esse período, vivia grandes mudanças em sua urbanização e sociedade. Com um passado de escravidão profundamente enraizado, a capital de Pernambuco apresentava uma estrutura social bastante hierarquizada, onde parte da população negra — que havia acabado de deixar a condição de escravizada — enfrentava enormes dificuldades para se inserir em empregos formais e valorizados. Nesse contexto, o trabalho doméstico se firmou como uma das principais opções de subsistência para as mulheres negras, reproduzindo, de forma renovada, relações de subordinação que já existiam na época da escravidão. Como aponta Damasceno (2013), categorias como “cor” e “boa aparência” funcionavam como mecanismos de seleção racial no mundo do trabalho, evidenciando a permanência de hierarquias raciais e de gênero no pós-abolição.

Além disso, os anúncios frequentemente mencionavam expectativas relacionadas ao comportamento e à moralidade das candidatas às vagas, como “boa conduta”, “bons costumes” e “referências atestadas”. Essa lógica se torna ainda mais evidente na Imagem 2 do ano de 1930, na qual aparecem de forma explícita exigências ligadas à confiabilidade da trabalhadora, demonstrando que a seleção envolvia não apenas critérios técnicos, mas também a avaliação da vida privada das candidatas. Como aponta (Telles, 2011) essas relações eram marcadas por mecanismos de controle e vigilância herdados do período escravista. Nesse sentido, o trabalho doméstico articula dimensões de dominação e disciplina que ultrapassam o espaço laboral, atingindo o cotidiano das trabalhadoras.

Imagem 2

Anúncio de recrutamento e trabalhadoras domésticas



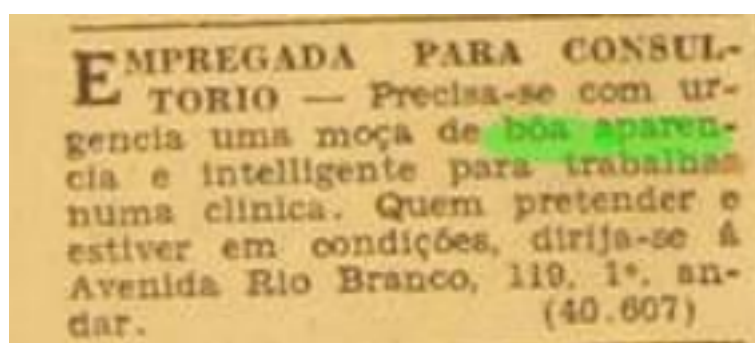
Fonte: levantamento realizado pela autora a partir de notícias do Diário da Manhã (1930-1939). Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário da Manhã, anúncio, 03 de janeiro de 1930.

Para exemplificar essas questões, vamos apresentar a análise de 23 anúncios (alguns repetidos ao longo do período, ampliando o total de ocorrências) coletados nos jornais Diário da Manhã (1930–1939), Jornal do Recife (1930–1939) e Diário de Pernambuco (1930–1939), veiculados nas primeiras décadas do século XX, onde se conectam, por meio da recorrência dos anúncios, questões relacionadas ao trabalho, à ética e à aparência. O Diário de Pernambuco, escolhido por sua ampla circulação e relevância no cotidiano recifense, permite observar com clareza essas dinâmicas sociais presentes nos classificados de emprego. De modo geral, os anúncios publicados no Jornal do Recife e no Diário da Manhã não apresentam diferenças significativas, mantendo uma estrutura e um vocabulário bastante semelhantes, o que sugere a existência de um padrão compartilhado de comunicação voltado à contratação de trabalhadores, especialmente no serviço doméstico. A análise dos jornais como fonte histórica permite compreender como as hierarquias sociais eram construídas e reproduzidas no cotidiano, já que a imprensa não apenas registrava, mas também propagava valores e critérios de exclusão. Nesse sentido, como destaca a historiadora Tânia Regina de Luca, os periódicos devem ser entendidos como espaços de produção de discursos que expressam normas e representações sociais, revelando mecanismos de desigualdade de raça e gênero.

Alguns anúncios aparecem várias vezes ao longo dos jornais. Isso acontecia porque era comum republicar um anúncio até que a vaga fosse preenchida. Além disso, essa repetição pode indicar a dificuldade de encontrar trabalhadoras que correspondam ao perfil exigido pelos empregadores. Para a pesquisa, essas republicações são importantes porque mostram que as exigências se mantinham ao longo do tempo, reforçando padrões de contratação relacionados à boa conduta, à aparência e ao trabalho doméstico.

Imagem 3

Anúncio de recrutamento e trabalhadoras domésticas



Fonte: levantamento realizado pela autora a partir de notícias do Diário da Manhã (1930-1939). Disponível na

O anúncio da imagem 3 acima do ano de 1933, reforça a percepção da permanência desse padrão ao repetir elementos já identificados nos anúncios anteriores, como a brevidade do texto e a ênfase em requisitos comportamentais. É crucial reconhecer que, mesmo que muitos anúncios não mencionam de maneira direta a raça das candidatas, essa omissão não significa que haja uma ausência de critérios raciais para o recrutamento da trabalhadora. De fato, a falta de menção à raça frequentemente atua como um recurso retórico que disfarça critérios racializados², permitindo a continuidade de práticas discriminatórias em contextos onde declarar racismo se torna menos socialmente aceitável. Nesse cenário, expressões como “boa aparência” e “boa conduta” devem ser vistas como códigos que remetem a padrões de branqueamento, funcionando como filtros indiretos no processo de seleção.

A análise desses anúncios possibilita, portanto, a identificação de padrões e fatores que ajudam a explicar a estrutura do mercado de trabalho doméstico durante esse período. Mais do que meros registros, esses textos expõem a continuidade das desigualdades raciais e de gênero, além das estratégias que são utilizadas para sua persistência em diferentes contextos históricos. Assim, ao utilizar anúncios de jornais como uma fonte histórica, este artigo pretende evidenciar como o ambiente de trabalho das mulheres negras foi moldado e padronizado por meio de práticas discursivas que relacionam trabalho, moralidade e raça. Ao mesmo tempo, essa abordagem torna possível orientar como se dá a manutenção das hierarquias sociais no Brasil, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das continuidades entre o passado de escravidão e o mercado de trabalho urbano entre o final do século XIX e início do século XX.

Os classificados revelam que o serviço doméstico ocupava um lugar central na inserção das mulheres negras no espaço urbano, sendo marcado por relações de dependência, baixos salários e exigências que ultrapassavam as capacidades profissionais. Mais do que experiência no trabalho, buscavam-se mulheres associadas à obediência, à discrição, à “boa conduta” e a determinados padrões de aparência, demonstrando que o ambiente doméstico também era um espaço de controle moral e social.

²Por racialização, entende-se um processo social, histórico e cultural de atribuição de identidades raciais a grupos, no qual a ideia de raça é construída e mobilizada para estabelecer hierarquias e relações de dominação, conforme aponta Aníbal Quijano ao discutir a colonialidade do poder.

Nesse sentido, os anúncios deixam evidente que critérios aparentemente simples carregavam significados mais profundos ligados às hierarquias raciais da sociedade brasileira. Expressões como “boa aparência” e “bons costumes” não eram neutras, mas funcionavam como mecanismos sutis de distinção e exclusão, ajudando a definir quais corpos eram vistos como mais adequados para determinados espaços de convivência e trabalho. Dessa forma, os periódicos não apenas registravam práticas já existentes, mas também participavam ativamente da circulação e naturalização desses valores, reforçando posições sociais historicamente construídas desde o período escravista.

Este é um ponto claro até mesmo para a sociedade hoje no século XIX. Embora inseridas em um contexto republicano e urbano, muitas mulheres negras continuaram limitadas a ocupações socialmente desvalorizadas, especialmente o trabalho doméstico. Assim, antigas formas de hierarquia foram reorganizadas em novas relações de trabalho, mantendo práticas de subordinação que atravessavam tanto o espaço privado das casas quanto os discursos difundidos pela imprensa. Nesse cenário, raça, gênero e moralidade apareciam profundamente articulados na definição das oportunidades e das condições de trabalho disponíveis para essas mulheres.

Por fim, ao utilizar anúncios de jornais como fonte histórica, este trabalho busca evidenciar como práticas discursivas aparentemente comuns ajudavam a sustentar desigualdades no cotidiano da sociedade recifense. Desse modo, analisar esses anúncios permite compreender como determinadas hierarquias foram historicamente construídas e legitimadas, contribuindo para reflexões mais amplas sobre as permanências do passado escravista nas relações de trabalho e nas desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira contemporânea.

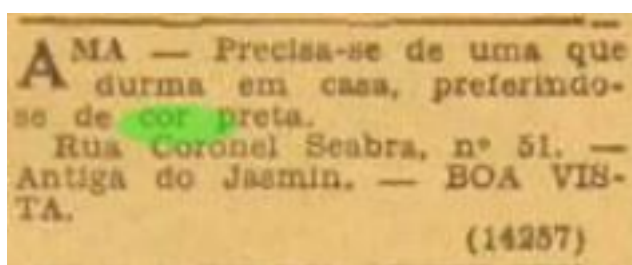
Caminhos dominados: a mulher negra regida por honra, moralidade e controle em suas atividades laborais.

A inserção da mulher negra no mundo do trabalho no Brasil deve ser compreendida a partir de uma longa duração histórica, na qual se entrelaçam heranças do escravismo, construções sociais de gênero e dispositivos de controle moral. Nesse sentido, como demonstra Telles (2011, p. 9-16), mesmo no contexto pós-abolição, as relações de trabalho doméstico permaneceram marcadas por continuidades com o regime escravista, o que ajuda a entender por que categorias como honra, moralidade e disciplina não operam apenas como valores abstratos, mas como mecanismos concretos de regulação social que delimitam os espaços e as possibilidades dessas mulheres. Ao longo do processo de transição do século XIX para o XX, observa-se, assim, a consolidação de uma divisão racial do trabalho que, ao mesmo tempo em que redefine o papel feminino, reafirma hierarquias herdadas do passado escravista.

Matos (2008) demonstra que, entre o final do século XIX e início do XX, houve uma redefinição dos espaços femininos marcada pela valorização do âmbito privado como lugar de atuação das mulheres. A construção do ideal de feminilidade associava a mulher à moralidade, à pureza e à responsabilidade pelo lar. No entanto, como a autora sugere, esse modelo era atravessado por distinções de classe e raça. Enquanto mulheres brancas eram alçadas à condição de “donas de casa”, símbolo de respeitabilidade, as mulheres negras eram incorporadas ao espaço doméstico como trabalhadoras, evidenciando que a moralidade atribuída ao feminino não implicava igualdade de reconhecimento, mas sim diferenciação e hierarquização (MATOS, 2008, p. 100-102).

Imagem 4

Anúncio do jornal Diário da Manhã - (1930-1939)



Esse anúncio evidencia, de forma explícita, a racialização do trabalho doméstico. Diferentemente de muitos classificados que utilizavam expressões indiretas, como "boa aparência", neste caso o empregador declara preferência por uma mulher "de cor preta", demonstrando que a raça era um critério objetivo para a contratação.

Outro aspecto importante é a exigência de que a trabalhadora "durma em casa". Isso indica que o trabalho ultrapassava a jornada diária, estabelecendo uma relação de convivência permanente entre empregada e empregador. Essa condição reduzia a autonomia da trabalhadora, tornando mais tênues os limites entre tempo de trabalho e tempo de descanso, característica bastante comum no serviço doméstico do período.

Além disso, a vaga é destinada a uma ama, função historicamente associada ao cuidado de crianças. Essa ocupação possui profundas raízes no período escravista, quando mulheres negras eram frequentemente responsáveis pelo cuidado dos filhos das famílias brancas, muitas vezes em detrimento do cuidado com seus próprios filhos. Assim, a permanência dessa função na década de 1930 evidencia continuidades entre o pós-abolição e as formas de organização do trabalho doméstico.

No mesmo sentido, Sandra Lauderdale Graham, ao analisar o trabalho doméstico no Rio de Janeiro no período imediato pós-abolição, evidencia como as relações entre patroas e empregadas eram marcadas por uma profunda assimetria ³, sustentada por expectativas morais e comportamentais. A autora demonstra que as trabalhadoras domésticas eram constantemente avaliadas não apenas por sua capacidade de trabalho, mas por sua conduta, lealdade e submissão. A casa, como revela a imagem 4 acima, demonstra claramente esse contexto, tendo esse ambiente funcionando como um espaço de vigilância, no qual a empregada era simultaneamente trabalhadora e objeto de controle. Essa dinâmica reforça a ideia de que o trabalho doméstico não pode ser compreendido apenas em termos econômicos, mas como um campo de relações sociais permeado por valores morais e hierarquias raciais.

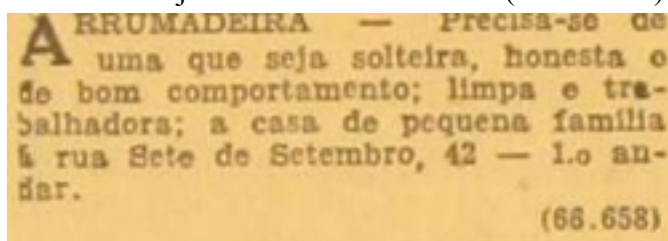
A permanência de práticas e mentalidades escravistas no pós-abolição é também destacada por Telles, que evidencia como os contratos de trabalho doméstico mantinham mecanismos de controle sobre as trabalhadoras, limitando sua autonomia e reforçando sua

dependência. Segundo a autora, a formalização do trabalho não eliminou as relações de dominação, mas as reconfigurou em novos termos, nos quais a disciplina e a moralidade continuavam a desempenhar um papel central (TELLES, 2011, p. 12-14). Essa continuidade permite compreender por que o trabalho doméstico permaneceu como um dos principais destinos das mulheres negras, mesmo após a abolição.

Essa diferenciação se articula com o que Sueann Caulfield analisa ao discutir a construção histórica da honra no Brasil, especialmente no pós-abolição. Para Caulfield, a honra feminina estava profundamente ligada à sexualidade e ao comportamento público, constituindo-se como elemento central na definição da respeitabilidade social naquele período. Contudo, essa noção não se aplicava de maneira uniforme: mulheres negras eram frequentemente excluídas desse ideal pleno de honra, sendo vistas como sujeitos que precisavam provar constantemente sua moralidade, sem jamais alcançarem o mesmo reconhecimento que mulheres brancas. Essa reflexão, situada nas primeiras décadas do pós-abolição, permite compreender que, no universo do trabalho doméstico, a exigência de honra operava de forma ambígua: ao mesmo tempo em que era imposta como requisito, era também negada como atributo plenamente reconhecido, especialmente no caso das trabalhadoras negras.

Imagem 5

Anúncio do jornal Diário da Manhã - (1930-1939)



Fonte: levantamento realizado pela autora a partir de notícias do Diário da Manhã (1930-1939). Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Anúncio de sábado, 25 de janeiro de 1936.

Pascoa (2020), ao analisar o contexto de Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930, reforça essa perspectiva ao demonstrar que as trabalhadoras domésticas eram frequentemente descritas a partir de atributos morais, como honestidade, obediência e “boa conduta”, como podemos observar no anúncio da imagem 5 acima, tais critérios, segundo a autora, não eram apenas desejáveis, mas fundamentais para a contratação e permanência no emprego, evidenciando que o trabalho estava intrinsecamente ligado à construção de uma imagem moral específica

(PASCOA, 2020, p. 12-15). Essa exigência dialoga diretamente com a análise de Caulfield (2000) , ao mostrar que a honra, embora demandada, era constantemente vigiada e colocada à prova, especialmente no caso das mulheres negras.

Com as ideias articuladas e contribuições dos autores, torna-se evidente que a noção de honra, longe de ser um valor universal, é uma construção social profundamente marcada por relações de poder. Dessa maneira, os “caminhos dominados” da mulher negra no mundo do trabalho, revelam a persistência de mecanismos históricos que articulam raça, gênero e classe na produção de desigualdades. A análise dessas dinâmicas, sustentada pelo diálogo entre diferentes autoras e autores, permite compreender que o trabalho doméstico é, simultaneamente, um espaço de exploração e de disputa, no qual se reproduzem e se contestam as hierarquias sociais que estruturam a sociedade brasileira.

Liberdade limitada: trabalho e permanências do pós-abolição

A abolição da escravidão inaugurou uma nova condição jurídica para a população negra brasileira, mas não eliminou as desigualdades que estruturavam as relações sociais e de trabalho. No caso das mulheres negras, a conquista da liberdade não foi acompanhada por uma inserção igualitária no mercado de trabalho. Embora formalmente livres, elas continuaram enfrentando barreiras que restringiam seu acesso a ocupações valorizadas e reforçavam sua permanência em atividades associadas ao trabalho manual e ao serviço doméstico. Conforme Maciel Henrique (2018), a liberdade não pode ser analisada apenas como uma condição legal, mas também a partir das possibilidades concretas de sobrevivência e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Essa reflexão é particularmente importante para pensar a trajetória das mulheres negras após 1888. Se, por um lado, elas deixaram de estar submetidas ao regime escravista, por outro, continuaram enfrentando obstáculos que restringiam suas possibilidades de escolha e ascensão social. Como sugere Maciel Henrique ao problematizar a relação entre mercado e liberdade, a condição de trabalhadora livre não eliminava as hierarquias herdadas da escravidão. Pelo contrário, muitas dessas estruturas foram reorganizadas dentro das novas relações de trabalho, preservando antigas formas de desigualdade.

A historiografia tem demonstrado que a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de maneira profundamente desigual. As oportunidades não eram as mesmas para todas. Enquanto mulheres brancas, especialmente aquelas pertencentes aos setores médios e abastados da sociedade, encontravam espaços em ocupações associadas ao ensino, ao comércio e aos serviços considerados mais respeitáveis, as mulheres negras permaneciam majoritariamente concentradas em atividades ligadas ao trabalho doméstico, à lavagem de roupas, aos serviços de cuidado e ao trabalho informal.

O cenário do país não se limita apenas a cidade do Recife como único ponto de trabalho doméstico limitado a mulheres negras no pós-abolição, destacado pelo autor Maciel, outros trabalhos semelhantes como os de Flavia Fernandes de Souza e de Juliana Magalhães Linhares, discutem sobre as permanências escravistas ligadas ao trabalho doméstico, nas cidades do Rio de Janeiro e Fortaleza respectivamente, evidenciando como se dava às relações laborais no período pós-abolicionista, marcadas por trabalhadores que permaneceram inseridas em relações marcadas pela dependência, pela baixa remuneração e pela limitada mobilidade social.

Além disso, as permanências observadas no mundo do trabalho revelam que a abolição não foi capaz de desmontar imediatamente os estigmas construídos ao longo do século XIX. A associação entre negritude, trabalho doméstico e subalternidade continuou presente nas práticas sociais e nas expectativas dos empregadores, contribuindo para a manutenção de desigualdades que ultrapassaram o momento da emancipação legal.

Assim, as reflexões de Maciel Henrique oferecem um importante suporte para compreender que o pós-abolição não deve ser interpretado apenas como o momento da conquista da liberdade, mas também como um período marcado pela permanência de estruturas que limitaram o acesso da população negra às oportunidades oferecidas pelo trabalho livre. No caso das mulheres negras, a liberdade jurídica coexistiu com a continuidade de barreiras sociais que restringiam sua inserção em ocupações valorizadas, demonstrando que a passagem da escravidão para o trabalho livre foi permeada por tensões, exclusões e desigualdades que se prolongaram para além de 1888.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que os estudos sobre escravidão, pós abolição e mundo do trabalho têm contribuído para revelar como as desigualdades raciais e de gênero observadas no Brasil contemporâneo possuem raízes históricas profundas. As pesquisas analisadas demonstram que a liberdade conquistada em 1888 não significou, para a população negra, o acesso imediato a condições igualitárias de vida e trabalho. Nesse contexto, chama atenção a permanência do serviço doméstico como uma das principais ocupações exercidas por mulheres negras, muitas delas provenientes de contextos marcados por desigualdades educacionais e econômicas, realidade que evidencia a continuidade de processos históricos que, durante muito tempo, associaram essas mulheres a funções de cuidado, limpeza e serviço. Embora o cenário atual seja marcado por transformações importantes, a concentração de mulheres negras nesse setor ainda convida à reflexão sobre os limites e as permanências das estruturas construídas no período escravista.

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer os avanços conquistados por meio das lutas dessas trabalhadoras ao longo do tempo. A ampliação dos direitos garantidos pela Emenda Constitucional nº 72/2013 e pela Lei Complementar nº 150/2015 representou um passo significativo ao assegurar direitos básicos, como salário mínimo, jornada regulamentada, férias remuneradas e descanso semanal. No entanto, o reconhecimento tardio dessas garantias também evidencia o quanto o trabalho doméstico permaneceu, por décadas, em uma posição de menor valorização social quando comparado a outras categorias profissionais. Dessa

forma, mais do que um avanço jurídico, a conquista desses direitos pode ser compreendida como parte de um processo histórico mais amplo de enfrentamento às heranças da escravidão, reafirmando a importância de olhar para o passado não apenas como objeto de estudo, mas como uma chave fundamental para compreender os desafios que ainda atravessam o mundo do trabalho no Brasil.

Tabela para análise de estrutura e vocabulário analisados ao longo da pesquisa.

Tipo de ocupação	Criada, cozinheira, ama-seca, ama, copeira, arrumadeira, empregada doméstica	Demonstra a concentração das mulheres, especialmente negras, no serviço doméstico.
Forma de apresentação	"Precisa-se de...", "Admite-se...", "Procura-se..."	Linguagem objetiva e impessoal, característica dos classificados.
Exigências morais	"Boa conduta", "de confiança", "honesta", "bons costumes", "referências"	O comportamento era valorizado tanto quanto a capacidade de trabalho.
Crítérios de aparência	"Boa aparência", "apresentável", "limpa"	Funcionavam como critérios indiretos de seleção, associados a padrões de respeitabilidade e, muitas vezes, racializados.
Experiência profissional	"Com prática", "que saiba cozinhar", "que entenda do serviço"	A qualificação era exigida, mas não era o único critério de contratação.
Estado civil	Em alguns anúncios, preferência por solteiras ou sem filhos	Revela expectativas sobre disponibilidade e dedicação exclusiva ao trabalho.
Residência	"Dormindo no emprego", "para morar", "com casa"	Indica relações de trabalho marcadas pela convivência contínua e pela dependência em relação aos empregadores.

Referências

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940).**

DAMASCENO, Caetana Maria. **“Cor” e “boa aparência” no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração.** In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 27., 2013, Natal. Anais... Natal: ANPUH, 2013. p.3-12

FERNANDES, Flávia de Souza. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro-1920).** Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

FERREIRA, Lola.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.** Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LINHARES, Juliana M. **As Experiências dos Trabalhadores Escravos e Libertos em Fortaleza (1871-1888).** In: ANPUH, 2009, Fortaleza. XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930).** **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 97–115, 2008.

NASCIMENTO, Alynne Sylvana da Rocha Alves de Freitas. **De mucama a empregada doméstica: a trajetória da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro.** 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

PASCOA, Michelle Arantes Costa. **Donas de casa, criadas e empregadas: trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930.** 2020. 119f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2020.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Luís Fernando Silva. **“A vaga é sua, desde que você não seja negra”:** racismo, sexismo e resquícios do escravismo em anúncios de empregos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jun. 2023. p.1-10

REVISTA RURAL & URBANO, Recife: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2016-. ISSN [2525-6092](https://doi.org/10.21975/2525-6092)

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910).** 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2011. p.5-13.

Anexo – Diretrizes para Autores da Revista Rural & Urbano

As submissões enviadas à Revista Rural & Urbano devem seguir as seguintes diretrizes:

1. Avaliação e escopo

- Os textos submetidos serão avaliados por membros do corpo editorial em sistema de avaliação às cegas, reservando-se à Comissão Editorial o direito de aprovar integralmente, aprovar com ressalvas ou recusar a submissão.
- Em caso de aprovação com ressalvas, os textos serão devolvidos aos autores para correção conforme as sugestões dos avaliadores.
- Pareceres conflitantes serão resolvidos mediante solicitação de um terceiro parecer.
- A revista recebe textos em português, inglês, espanhol e alemão, desde que se enquadrem no escopo temático da publicação.
- O artigo submetido pode ter até um autor e dois coautores.

2. Autoria e orientações específicas

- A revista aceita artigos de mestres, doutores, mestrandos, doutorandos, especialistas e Graduandos.
 - Estudantes de graduação e especialização devem encaminhar carta de anuência do orientador, assinada via [SOU.GOV](https://sou.gov.br), confirmando a coautoria.
 - Não serão aceitos artigos de estudantes de graduação sem a coautoria de um professor Orientador.
 - A revista não publica mais de um artigo do mesmo autor na mesma edição.
- ### **3. Formatação e template**

- É obrigatório o uso do template disponível no site da revista. Artigos fora do modelo serão Devolvidos.
- Os textos devem ter entre 15 e 20 páginas, incluindo referências, notas, tabelas, gráficos e Ilustrações.
- O artigo deve conter título em português e em inglês.
- Os autores devem excluir do texto qualquer identificação pessoal, como nome, e-mail, vínculo institucional ou informações de autoria (inclusive nos metadados do Word).

4. Estrutura textual

7

- O resumo deve ter até 200 palavras, espaçamento simples e sem recuo.
- Devem ser indicadas de três a cinco palavras-chave em português e inglês, em letra minúscula (exceto siglas e nomes próprios).
- Textos em língua estrangeira devem conter título, resumo e palavras-chave em português e Inglês.

5. Formatação técnica

- Arquivo em Word, OpenOffice ou RTF, com espaçamento 1,5, fonte Times New Roman 12, e notas de rodapé em corpo 10.
- Formato A4, com margens: superior e esquerda 3 cm; inferior e direita 2 cm.
- Citações diretas: fonte 11, espaçamento simples.
- Título principal: fonte 24, negrito, apenas a primeira letra maiúscula, centralizado.
- Título em inglês: fonte 12, mesmo padrão de capitalização e centralização.
- Subtítulos: fonte 12, negrito, alinhado à esquerda, com inicial maiúscula.
- Não criar seções automáticas no Word.
- O início de cada parágrafo deve ter recuo de 1,25 cm, sem espaçamento entre parágrafos (configurar “0 pt” antes e depois).

6. Tabelas, figuras e imagens

- Devem ter mínimo de 300 dpi, coloridas ou em preto e branco.
- Inseridas centralizadas no texto, com numeração sequencial, título explicativo acima (fonte 12) e indicação de autor/fonte abaixo (fonte 10).
- Elementos devem ser citados no corpo do texto e não inseridos em anexo.
- Quando de autoria própria, indicar: Autoria própria, ano.

7. Citações e notas

- Citações diretas com menos de três linhas: no corpo do texto, entre aspas, fonte igual ao texto. Exemplo: (Silva, M., 2024, p. 10).
- Citações diretas com mais de três linhas: recuo de 4 cm, sem aspas ou itálico, fonte 11, espaçamento simples, justificado.

Exemplo: (Silva, M., 2024, p. 10).

- Citações em idioma estrangeiro devem ser acompanhadas de tradução em nota de rodapé.

- Notas de rodapé: numeradas, colocadas ao final da página, de cunho exclusivamente explicativo (não bibliográfico).

8. Referências

- As referências devem aparecer ao final do texto, listadas em ordem alfabética, com espaço simples entre linhas e separação de uma linha entre itens.
- O nome do autor deve ser repetido, e não substituído por traço.
- Seguir rigorosamente a NBR 6023/2018 (ABNT).
- Devem constar apenas as obras citadas no corpo do texto.

9. Metadados e informações obrigatórias

- No ato da submissão, preencher todos os metadados: título e resumo em português e inglês, palavras-chave em ambos os idiomas (em letra minúscula e separadas).
- Inserir referências idênticas às do texto, separadas por uma linha.
- Informar afiliação institucional, cidade e estado, e ORCID.
- Autores brasileiros devem possuir Currículo Lattes atualizado.

10. Taxas e prazos

- O processo de submissão é gratuito, assim como o acesso a todo o conteúdo publicado.
- A revista procura cumprir o prazo de até quatro meses entre o envio do original e a aprovação final.